



JUSTIÇA INJUSTA



Em mais um capítulo da novela PROSEGUR X TRABALHADOR, a espanhola desta vez venceu

Fomos surpreendidos com uma decisão de um desembargador da 2ª turma do TRT de Natal, com uma liminar favorecendo a empresa contradizendo a decisão do juiz do TRT de Mossoró que dava a reintegração imediata para o trabalhador Juscelino Lindemberg Fernandes, Já recuperado do acidente de trabalho após um assalto a carro forte no dia 14/03 em uma ação criminosa por bandidos na região do Auto Oeste na cidade de Mossoró/RN.

As vezes nos pegamos com situações igual a esta, totalmente surreal, como pode um

desembargador que não sabe a realidade de um trabalhador de carro forte e nem tão pouco esteve em uma situação real de troca de tiros dentro de um carro forte e decidir que o trabalhador fosse desligado apenas por provas apresentadas pela empresa sem ao menos dar o direito do trabalhador se defender, o desembargador deveria ao menos antes de julgar de forma ABRUPTA este caso, chamar quem trabalha diariamente na função ou pedir laudos técnicos para depois poder aplicar a sentença e não apenas julgar porque a empresa pediu, mau sabe o desembargador que o pai de família posto por justa causa injustamente, não terá como levar comida a mesa de sua família, como outras necessidades básicas.

O SINDFORTE/RN, continuará firme e unido com a categoria de Mossoró na defesa do trabalhador e contra as maldades da gestão da Prosegur que acha que pode escravizar os trabalhadores do Rio Grande do Norte, no entanto, cabe o sindicato continuar buscando através da justiça a solução que seja favorável para o trabalhador.

Fonte: Sindforte/RN

Presidente do Sindvigilantes Alagoas fala dos riscos da nova lei trabalhista

Na última quarta-feira (30/8), o Secretário de Assuntos de Transporte de Valores da CNTV e presidente do Sindvigilantes Alagoas, Cícero Ferreira, conversou com vigilantes em reciclagem nas escolas de formação Security e Força sobre os riscos da nova lei trabalhista para os trabalhadores.

A nova CLT entra em vigor no mês de novembro, quando o sindicato inicia a discussão da Convenção Coletiva dos vigilantes de posto. As perdas para a categoria podem ser muitas, pois a nova legislação permite

que o que for negociado vale mais do que o que está escrito na lei. Além disso, qualquer grupo sem compromisso com a categoria como um todo pode negociar a retirada de direitos diretamente com os patrões.

Ferreira destacou que a única solução possível é o fortalecimento do Sindvigilantes como representação dos trabalhadores da segurança privada. Para isto, é fundamental a filiação e a participação de todos nas assembleias convocadas pela entidade.

Fonte: Sindvigilantes Alagoas

Bandidos explodem caixa e fazem vigilantes reféns no Grande Recife



Caixa eletrônico ficava na Usina Ipojuca, às margens da PE-60

Um caixa eletrônico foi explodido no município de Ipojuca, no Grande Recife, na madrugada desta sexta-feira (19).

O crime ocorreu por volta das 3h, na unidade do Bradesco na Usina Ipojuca, às margens da PE-60. De acordo com a Polícia Militar,

10 homens armados com fuzis renderam dois vigilantes do posto de atendimento. Na segunda-feira (28), o alvo foi a agência do Banco do Brasil da Usina Cucaú, em Rio Formoso, na Mata Sul do Recife.

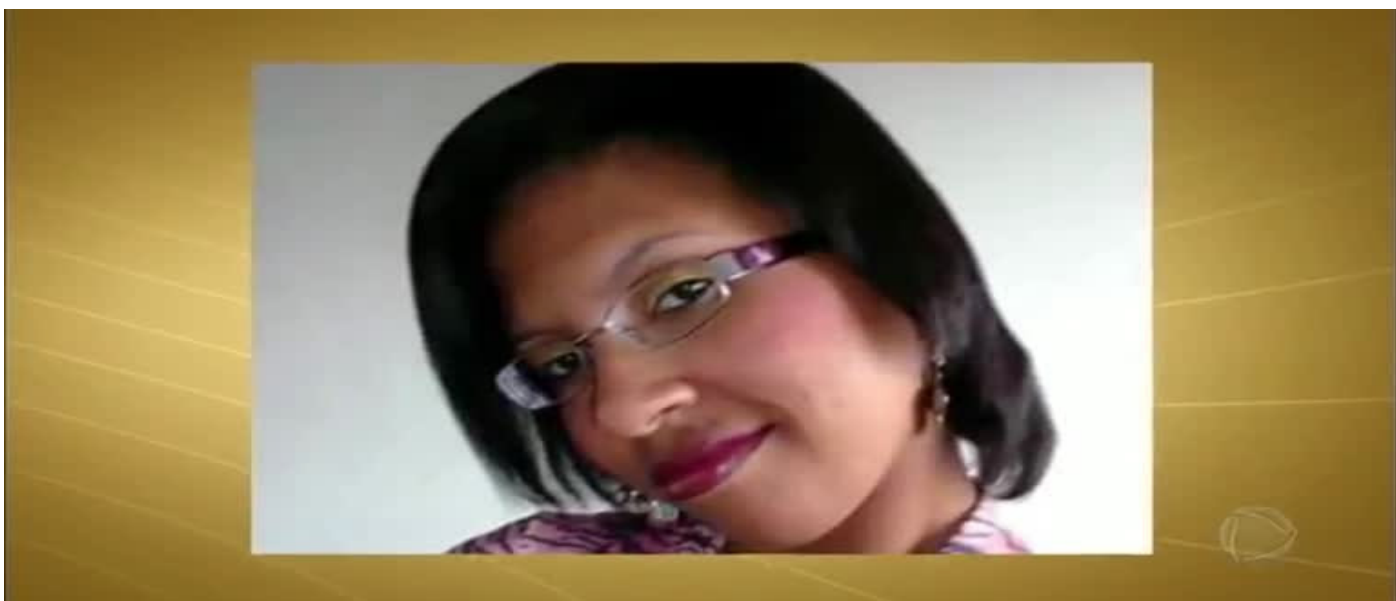
Em Ipojuca, os assaltantes usaram explosivos e destruíram o único caixa eletrônico. Eles conseguiram levar todo o dinheiro do local. Por causa do impacto causado pela explosão, o teto de gesso do local ficou completamente destruído.

Segundo moradores da região, houve muito barulho de tiros e explosivos, mas ninguém saiu ferido.

De acordo com o 18º Batalhão da Polícia Militar, responsável pelo policiamento na área, ninguém foi preso. No dia de pagamento dos funcionários da usina, o posto bancário foi isolado para perícia da Polícia Civil.

Fonte: G1

Tentativa de assalto a carro-forte no RJ termina com dois mortos



Monique da Silva Faria estava grávida e há um mês trabalhava no supermercado após três anos desempregada

Quatro criminosos tentaram assaltar um carro-forte na tarde da última terça-feira (29) na Rua Antônio Sebastião de Santana, no Parque Anchieta, Zona Norte do Rio.

A troca de tiros com seguranças terminou com duas pessoas mortas.

Um caixa eletrônico instalado em um mercado estava sendo abastecido, segundo funcionários do estabelecimento comercial, quando bandidos armados abordaram os vigilantes do carro-forte, que reagiram e iniciaram uma troca de tiros.

Um dos suspeitos acabou morto no tiroteio, que deixou feridos um dos vigilantes, identificado como Marcos Cândido, atingido nas nádegas, no ombro e na mão, e passa por procedimentos cirúrgicos. Uma funcionária do mercado, Monique da Silva Faria, que foi atingida na virilha, chegou a passar por cirurgia, mas morreu. Monique estava grávida de três meses e a pouco mais de um mês, havia começado a trabalhar no supermercado, após três anos desempregada.

As vítimas foram socorridas e levadas ao Hospital Estadual Carlos Chagas.

Policiais do 41º BPM (Irajá) foram acionados e apreenderam um fuzil e um carregador de fuzil no local. A ocorrência foi encaminhada para a 57ª DP (Nilópolis).

Fonte: G1

Fala CNTV:

“Tantas tentativas de assaltos são reflexos da insegurança presente em todo o país. Enquanto o governo retira direitos e investimentos em segurança, os vigilantes e a população são vítimas da ação de criminosos. É preciso investir em políticas públicas de valorização para evitar que tragédias como essa aconteçam. Lamentamos a morte de Monique da Silva Faria e nos solidarizamos aos familiares e amigos.”

Alteração da taxa de juros do BNDES compromete crescimento futuro

Após aprovar o texto-base da Medida Provisória (MP) 777, que modifica a taxa de juros do BNDES, a Câmara dos Deputados rejeitou nesta quarta-feira (30) os últimos destaques relacionados à matéria, apresentados por parlamentares da oposição. Para representantes dos funcionários do Banco e do setor industrial, a alteração compromete o crescimento econômico a médio prazo do país.

Ao Brasil de Fato, Mário Bernardini, diretor de competitividade da Associação Brasileira de Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), classificou a mudança como “um tiro no pé”. Arthur Klobitz, economista do Banco e vice-presidente da Associação dos Funcionários do BNDES, entende que o país está “abrindo mão” de seu banco público de desenvolvimento.

O texto da MP segue para o Senado, que tem o prazo de 6 de setembro para votar a matéria. Em caso contrário, a Medida perde sua validade.

A MP extingue a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), aplicada aos empréstimos do BNDES, e cria a Taxa de Longo Prazo (TLP). Apesar do nome similar, há grandes diferenças entre as duas. A primeira é mais barata ou muito próxima à Selic, taxa básica da economia brasileira utilizada no pagamento das dívidas contraídas pelo Estado. Já a segunda se aproxima dos

níveis praticados pelo mercado privado.

Atualmente, a taxa Selic está no patamar de 10,25% ao ano. Os juros cobrados por bancos privados, entretanto, apenas partem desse nível. Em 2016, a taxa média de aplicação – ou seja, juros finais aos clientes – para empresas nos mercado privado foi de 28%. A TJLP, no mesmo período, não passou de 7,5%, nível que permaneceu em 2017. Isso significa que, hipoteticamente, o tomador de empréstimo de R\$ 100 no BNDES deveria pagar R\$ 107 ao final de um ano. Nos bancos privados, para o mesmo valor, pagaria R\$ 128.

Koblitz afirma que a procura pelo BNDES vem justamente da sua taxa diferenciada em relação à Selic.

“O BNDES, assim como todo banco de desenvolvimento, tem como fundamento de funcionamento a capacidade de oferecer rendas ao setor privado que resolva fazer o que o Banco considere importante. Por exemplo, inovar. O Banco financia a atividade de inovar com uma taxa que estimula os investimento. Todo banco de desenvolvimento tem que ter capacidade de gerar alguma vantagem especial para o tomador de crédito”, diz.

Historicamente, o BNDES foi um dos principais fatores da industrialização e montagem da infraestrutura nacional, a partir dos anos 50, data de sua fundação. Nas décadas de 80 e 90, passa por uma reorientação, promovendo

privatizações. Nos anos 2000, tenta resgatar seu papel como indutor da atividade econômica.

O representante da Abimaq defende que a opção por diminuir aportes ao setor produtivo só faria sentido mediante outras mudanças, de caráter macroeconômico.

“O que interessa é que a TLP é mais cara que a TJLP. O objetivo do governo é diminuir o subsídio. Em um país ‘normal’, se reduz subsídio [também] reduzindo a Selic, que é excessivamente elevada. Aqui nós temos juro real de 6% ao ano, no resto do mundo, o juro real é negativo, zero ou, quando positivo, 0,5%. Se reduzisse a Selic, a TJLP é que seria cara. O governo tem razão no objetivo, mas não na forma. A convergência entre as duas taxas deveria ser feita pela redução da Selic”, resume.

Bernardini também explica os efeitos da substituição de taxas sobre o cenário nacional.

“O resultado prático de eliminar a mais baixa e taxar pela mais alta é que se encarece o investimento em um país que não está investindo nada. A função do investimento é garantir o futuro. A China investe 35% do PIB. Nós investíamos, até antes da crise, 20%, que é muito pouco. Hoje, investimos 15%. Não investir, ou dificultar o investimento, compromete o crescimento futuro. Com isso, vem todo o resto: desemprego, salário baixo, país pobre. Nós deveríamos estar tomando medidas para elevar o investimento”, projeta.

Há, segundo Bernardini, uma relação direta entre o nível de investimento, até recentemente garantido pela TJLP, e o crescimento econômico: “TJLP estava razoavelmente abaixo do custo do dinheiro no país, nós chegamos a um investimento da ordem de 25% do PIB. Um número que poderia levar o país a crescer 3% ou 4% ao ano. Há uma relação direta entre volume de investimento e futuro do crescimento. Se investisse 35%, garantiria que daqui há 4 anos cresceria 5% ao ano. Um investimento de 15%, como estamos

tendo, garante um crescimento na ordem de 1,5%”.

Bernardini explica que a TJLP, ao conceder dinheiro mais barato, ajuda o setor produtivo. Seu fim, por outro lado, aprofunda a ausência de incentivo à indústria, em benefício do setor bancário.

“Quando você vai uma casa própria, você toma cuidado para que o custo dos juros seja compatível com o crescimento da sua renda. Se você espera que seu salário aumente 5% ao ano, você não pode ter juro real de mais de 5%, se não você vai ter que devolver a casa”, diz. O mesmo raciocínio vale para o investimento empresarial.

“Então, não é possível ter o financiamento de uma máquina acima de 10% ao ano, se não, não vou pagar. Com a TJLP, a máquina custa 14% ao ano. Já não é um bom negócio. Se mudar para TLP, vai custar 18% ao ano. É uma loucura. Então, eu não invisto. Há um desestímulo. Se você ganhar na loteria, vai abrir uma fábrica ou colocar no banco?”, provoca o diretor da Abimaq.

Koblitz traça também um cenário pessimista, de desconfiguração do BNDES, e critica a velocidade e falta de participação na decisão.

“Sem dúvida, torna o crédito do BNDES menos atrativo. O papel do Banco vai ser restringido. Os recursos vão ficar parado no caixa e vão recolher o dinheiro do banco. É uma estratégia clara de destruição. O BNDES tem que investir em grandes empresas se pretende influenciar a taxa de investimentos no país. Mas não é apenas a estratégia de apoio aos campeões nacionais que está comprometida. Qualquer estratégia que o BNDES decidir tomar estará comprometida. Nem a sociedade nem o Congresso tiveram o tempo necessário para debater isso”, conclui.

Fonte: Brasil de Fato

Santander economiza na promoção da saúde dos seus empregados



Apenas um mês depois de divulgar o maior lucro da sua história para um semestre (R\$ 4,612 bilhões, crescimento de 33,2% em relação ao mesmo período de 2016), o Santander tomou medidas para economizar na conscientização e promoção da saúde dos seus trabalhadores, deixando de realizar a Semana Interna de Prevenção de Acidentes (Sipat) de forma presencial. O evento foi feito virtualmente entre 21 e 25 de agosto.

“É um absurdo o banco fazer Sipat apenas online. A sensação dos bancários é que a semana não ocorreu”, protesta a dirigente sindical e bancária do Santander Lucimara Malaquias. Ela destaca que até o ano passado, as Sipats proporcionavam uma série de palestras com profissionais de saúde – com os quais os funcionários podiam tirar dúvidas individualmente –, além de exames clínicos, como medição de pressão e índice glicêmico.

De acordo com a Norma Regulamentadora número 5 (NR 5), do Ministério do Trabalho, a Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho é um evento obrigatório em empresas que devem dispor de Comissão Interna de Prevenção de Acidente e tem o objetivo de conscientizar os empregados sobre a saúde e segurança no trabalho, além da prevenção de acidentes e doenças. Dentre as atividades estão palestras, treinamentos, avaliações médicas, atividades lúdicas, entre outras.

“É muito mais do que simplesmente ver uma palestra online, é uma experiência de interação, troca, sensibilização sobre a importância da promoção da saúde e segurança do trabalho. É inaceitável que o Santander economize com a saúde e segurança dos seus trabalhadores no país que apresenta o maior lucro de todo o grupo,

respondendo por 26% do seu resultado mundial.”

Durante a Sipat são realizadas atividades envolvendo os empregados visando a conscientização e promoção da segurança e qualidade de vida do trabalhador, geralmente focando em um tema definido previamente. O evento deve ser organizado anualmente pela Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa), em conjunto com o Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (Sesmt)

“Não basta só fazer a Sipat de forma virtual, só para dizer que fez, para cumprir a lei. Tem que fazer bem feito, com planejamento e participação dos trabalhadores e da Cipa, além de garantir a continuidade ao longo do ano”, enfatiza Lucimara, acrescentando que o Sindicato se disponibiliza a participar da Sipat e contribuir com ideias para sua construção.

Esse não é o único desrespeito do Santander com relação à saúde dos seus trabalhadores. O Sindicato questionou o banco sobre a mudança unilateral do plano de saúde, sem qualquer diálogo e negociação, o que gerou muita insatisfação por parte dos funcionários. O Sindicato também tem recebido uma série de denúncias de bancários demitidos com exames médicos por terem desenvolvido doenças ocupacionais, e outros que foram dispensados logo após a realização do exame de retorno ao trabalho.

“É intolerável que um banco estrangeiro que ganha tanto dinheiro no Brasil cometa desrespeitos e descasos sistemáticos com a saúde dos seus trabalhadores, que muitas vezes acabam adoecendo de tanto trabalhar para atingir os lucros imensuráveis da instituição financeira”, afirma Lucimara.

Fonte: SPBancários

Mais desrespeito

Ildo Sauer sobre a privatização da Eletrobras: ‘estão enganando trouxas’

Professor do Instituto de Energia e Ambiente da USP, rebate argumento de que privatização vai baratear energia e diz que “governo está tentando promover um assalto ao sistema elétrico”



Estratégicas, estatais foram instrumentos que transformaram o Brasil num país urbano e industrial

O vice-diretor do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo (USP), Ildo Sauer, afirma não ser verdade que a privatização da Eletrobras possa trazer redução nas tarifas de energia, como alega o governo de Michel Temer. Em entrevista ao repórter Jô Miyagui, para o Seu Jornal, da TVT, o professor afirma que a Eletrobras é estratégica para o país e, juntamente, com outras empresas estatais, foram responsáveis pela urbanização e industrialização, durante o século 20.

“Acho que estão enganando trouxas em dizer que vão reduzir tarifa. O que, na verdade, está por trás é um golpe. Privatiza-se, e depois, como sempre aconteceu, acha-se um jeito de legitimar uma mudança de preços”, afirma.

A Eletrobras é apenas uma das 57

empresas públicas que poderão ser vendidas ou concedidas à iniciativa privada pelo governo de Michel Temer, sob alegação de reduzir gastos e fazer caixa com a venda de empresas públicas. No pacote de privatizações, estão 14 aeroportos, terminais portuários, hidrelétricas, empresas e campos de petróleo e gás, rodovias, loterias da Caixa Econômica Federal (CEF), e até a Casa da Moeda, que imprime dinheiro e passaportes.

“O processo de urbanização e industrialização só foi possível com a Telebras, com a CSN, com o BNDES, com a Petrobras e com ela a Eletrobras. Foram os grandes instrumentos que permitiram transformar o Brasil, que era um país eminentemente rural, num Brasil urbano e industrial.”

Na reportagem, Sauer não poupa ataques ao governo Temer: “No Brasil, nós, infelizmente, aquilo que a gente achava que era uma democracia se converteu numa cleptocracia e, agora, este governo ilegítimo está tentando promover um assalto ao sistema elétrico brasileiro.”

A coordenadora do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas Rita Serrano também faz críticas ao pacote de privatizações do governo Temer. Ela destaca, por exemplo, que, entre 2011 a 2016, as loterias da Caixa arrecadaram cerca de R\$ 60 bilhões, e, desse montante, R\$ 27 bilhões foram investidos no financiamento de políticas sociais.

Fonte: RBA

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Leidiane Souza

Diagramação: Leidiane Souza

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo,

lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF